

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.740, de 2019

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que a avaliação da deficiência deverá utilizar a metodologia da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

Autor: Deputado Felipe Rigoni

Relator: Deputado Nikolas Ferreira

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.740, de 2019, de autoria do Deputado Felipe Rigoni, propõe a alteração da Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor que os instrumentos de avaliação da deficiência a serem criados pelo Poder Executivo deverão utilizar a metodologia da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

Originalmente, o projeto foi distribuído às comissões de Seguridade Social e Família, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após extinção da Comissão de Seguridade Social e Família, a Mesa revisou seu despacho, tramitando a matéria apenas à CPD, para análise de mérito, e à CCJC, para pronunciamento acerca de aspectos de constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 54, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na CPD, a proposta teve parecer aprovado na forma de substitutivo da relatora, Deputada Luisa Canziani, PSD/PR. A proposta é, então, remetida a esta CCJC, fórum em que cumpre-me, por designação da presidência, emitir parecer acerca de aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e o rito de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 151, III do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, IV, “a” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que se pronuncie acerca dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa dos



projetos sujeitos à apreciação da Câmara e de suas Comissões. Devido à grande similaridade guardada entre ambos, tanto o projeto principal quanto o substitutivo da CPD possuem as mesmas características em relação a esses aspectos, razão pela qual as considerações a seguir são válidas para ambos.

Do ponto de vista de constitucionalidade, a iniciativa é absolutamente condizente com o que preceitua nossa Carta Magna nos arts. 23, II, e 24, XIV, ao se constituir em medida de proteção às pessoas portadoras de deficiência. Veicula um aspecto técnico pontual, mas reputado relevante para possibilitar que o Estado e a sociedade contribuam com a efetivação dos direitos individuais de todos os cidadãos.

Não se observa qualquer ofensa a preceito constitucional, seja de natureza material, seja de natureza processual. A iniciativa não está gravada por cláusula de exclusividade de iniciativa, sendo legítima a propositura de autoria de deputado federal. A matéria tampouco foi rejeitada nesta sessão legislativa.

Em relação à legalidade, a proposta demonstra-se coerente com as disposições do ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de lei de abrangência nacional a regular aspecto normativo afeto a todo país. A proposta tampouco esbarra em outro tipo de legislação já posta, propondo alteração na principal legislação nacional acerca do tema, a Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A juridicidade é também reconhecida tendo em vista que a proposta positivamente inova no ordenamento jurídico, além de ser dotada dos necessários atributos de generalidade e abstração.

Em relação ao aspecto regimental, o trâmite dos projetos segue o determinado pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados e a matéria não foi rejeitada nesta sessão legislativa.

Por fim, os projetos obedecem aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 2001, apresentando boa técnica legislativa.

Diante do exposto, **voto de forma favorável ao Projeto de Lei nº 1.740/2019 e do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, por serem adequados no que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade, adesão ao regimento interno e boa técnica legislativa.**

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2025.

Deputado Nikolas Ferreira

Relator

